

Nova configuração política

Helio Jaguaribe

Muitos foram, sem dúvida, os fatores que condicionaram a adoção do presidencialismo pela Constituinte, em 22 de março, por 344 votos, exprimindo uma maioria de 61,5% da Assembléia. Números parlamentares têm, certamente, genuína convicção presidencialista, por entenderem ser esse o regime mais adequado para o país. Tudo indica, entretanto, que os presidencialistas por convicção teórica não formariam tão expressiva maioria e, muito provavelmente, não atingiriam o quorum dos 280 votos necessários para a aprovação da moção.

Para os que acompanharam de perto o processo de arregimentação de votos, na Constituinte, ficou bastante claro que uma nítida propensão para o parlamentarismo, que se manifestava entre os constituintes que definiam suas posições por razões de princípio, se modificou, subitamente, nas vésperas da votação, quando foram levadas às últimas consequências as pressões e os aliciaamentos a favor do presidencialismo, carreando para este os até então indecisos e um certo contingente dos que estavam compromissados com o parlamentarismo.

A forma pela qual foi adotado o presidencialismo deixa poucas dúvidas sobre uma de suas mais imediatas consequências: a próxima aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Nesse episódio o PT, como parece de que já se deu conta o seu presidente, entrou numa verdadeira "journée des dupes". E as pretensões presidenciais do Sr. Leonel Brizola terão de ser proteladas por mais dois anos.

O que importa, entretanto, são os efeitos políticos da opção da Constituinte. Três aspectos me parecem particularmente relevantes: o institucional, o conjuntural e o partidário.

Do ponto de vista institucional, o presidencialismo — embora sob a forma mais moderada que veio a ser adotada — apresenta o grave e conhecido inconveniente de não proporcionar saída legal para as crises de governo. Preservam-se, assim, as condições que geraram o endêmico golpismo da República e, o que é especificamente grave, tal ocorre numa situação de aguda crise.

Do ponto de vista conjuntural, particularmente crítico nas presentes condições brasileiras, abrem-se duas perigosas alternativas. Se, contrariando as previsões deste artigo, a Constituinte limitar a quatro anos o mandato do presidente Sarney, a imediata mobilização da campanha sucessória privará o presidente de condições para governar o país, nos críticos meses que vão de agora até a posse do futuro presidente. Se, confirmando tais previsões, se conferir ao presidente Sarney um mandato de cinco anos, a imensa repulsa nacional que resultará de tal decisão tenderá a tornar sua administração quase inviável e poderá gerar uma insuperável crise de governabilidade.

Do ponto de vista partidário, entretanto, as perspectivas que se abrem, depois do voto do dia 22 de março, são bastante favoráveis. Com efeito, esse voto terá o mérito de dissipar a bruma que privava de nitidez o sistema político brasileiro. Vão se definir, a partir de agora e com crescente clareza, três grandes correntes políticas no Brasil. A primeira, vitoriosa no dia 22 de março, é o velho clientelismo. Perderam poder os que tinham projeto e ganharam poder os que não têm. A fisiologia, que se abrigava em diversos partidos, está agora reunida, embora sob distintas legendas, numa grande coligação política, em que brilha a estrela do Sr. José Lourenço e a fortuna dos clientelistas do PMDB. A segunda corrente política é a dos autoritários do populismo caudilhesco ou do sindicalismo ainda

Aliado

habitado por um esquerdismo infantil. A terceira corrente, que na Constituinte corresponde, grosso modo, aos duzentos e poucos votos conferidos ao parlamentarismo, constitui o núcleo de um novo grande partido, vinculado a um projeto de modernização do país, no âmbito de uma pluralista democracia social.

Importa, para os históricos do PMDB, empreender um último esforço para conquistar a direção do partido e dele expulsar as personalidades incompatíveis com sua vocação programática. Nesse sentido, foi algo prematura a declaração do senador Fernando Henrique Cardoso, de que se iria prontamente desligar do PMDB. Mas importa, ainda mais, que o núcleo sério e competente do PMDB assuma, imediatamente, seu próprio perfil. Ou dentro de um PMDB regenerado — o que é desejável mas muito improvável — ou através da constituição de um novo partido, de vocação social-democrata. Sem esse núcleo sério e consistente, o PMDB virará, rapidissimamente, um novo PDS. O clientelismo parasitário vive do sangue que os políticos consistentes injetam no partido. Sem eles, desaparece o alimento dos clientelistas. Morrem, com o hospedeiro, os seus parasitas.

Tanto a provável outorga de um mandato de cinco anos ao presidente Sarney, como o súbito desencadeamento da campanha sucessória, acarretarão serríssimos problemas de governabilidade, a curto prazo. Independentemente da avaliação que se faça do governo Sarney, é certo que, para o país, nada é pior do que resvalar para a ingovernabilidade. Nesse sentido, é extremamente oportuna a iniciativa do governador Santillo, com o apoio de importantes personalidades públicas, como o vice-governador Almino Afonso ou o senador José Richa, de promover um movimento de consenso pluripartidário e pluriclassista, em torno de um programa de emergência, que assegure ao país, no curto prazo, um mínimo de estabilidade econômico-social.

Se assegurarmos a fluabilidade da nave nacional, o novo partido que está emergindo da decomposição do antigo PMDB poderá empreender um grande movimento nacional de renovação, modernização e efetiva democratização do país. O longo prazo de transição, que se iniciou com o final do governo Geisel e que foi prolongado pelo inesperado falecimento do presidente Tancredo Neves, poderá chegar a um feliz desfecho, embora retardatariamente, se o novo grande partido que está em gestação for capaz de mobilizar o país para uma decisiva renovação política, econômica e social.

